

Por Alexandre Sammogini

A Abrapp tem reforçado a interlocução com o Congresso Nacional nas últimas semanas com o objetivo de encaminhar propostas e projetos de lei voltados ao aperfeiçoamento do sistema de Previdência Complementar Fechada. Um dos temas centrais do momento é a proposta de regularização da dedução das contribuições extraordinárias no Imposto de Renda para os participantes. Outro projeto importante que entra agora na fase de encaminhamento para o Legislativo é a proposta de Lei de Proteção ao Poupador Previdenciário (LPPP). Além disso, há importantes avanços que foram aprovados, como por exemplo, da Lei 14.020/2020, que permitiu a manutenção do convênio entre as entidades fechadas e o INSS.

Nesse esforço da Abrapp e de suas associadas, os Deputados Christino Áureo (PP-RJ) e Kim Kataguirí (DEM-SP) são alguns dos principais interlocutores na Câmara dos Deputados. “Temos fortalecido nossa agenda de atuação junto à Câmara dos Deputados com o objetivo de defender e promover o fomento de nosso sistema. Estamos articulando para encaminhar projeto de lei em regime de urgência sobre a dedutibilidade das contribuições extraordinárias e para isso contamos com a atuação dos Deputados Kim [Kataguirí] e Christino [Áureo]”, diz o Diretor Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins.

Em reunião realizada nesta sexta-feira, 18 de setembro, com Kim Kataguirí, o Diretor Presidente da Abrapp, falou sobre esse projeto e também da LPPP. O Deputado já havia auxiliado a Abrapp na interlocução sobre o projeto da nova legislação de proteção ao poupador previdenciário que culminou na realização de reunião dos representantes da Abrapp com o Presidente da Câmara Rodrigo Maia em setembro do ano passado. “A nova lei permitirá a proteção do poupador e, ao mesmo tempo, o fomento da poupança previdenciária de longo prazo que o país tanto necessita para retomar seu desenvolvimento econômico”, defende Luís Ricardo.

Na época o projeto ainda estava na fase de estudos. Agora, Luís Ricardo apresentou o projeto já elaborado da LPPP para o Deputado que demonstrou grande interesse em conhecer o produto final – que foi elaborado com a Consultoria do Pesquisador e Especialista em Finanças Públicas do IDP, José Roberto Afonso.

Outra proposta apresentada na reunião de hoje, ainda em fase de elaboração pela Abrapp, é a de um projeto de lei para permitir a dedução de contribuições aos planos que os participantes que utilizam o modelo simplificado de Imposto de Renda. Esse ponto é uma das principais bandeiras da Abrapp na equalização de regras entre planos das Previdências aberta e fechada.

Na reunião, o Deputado Kim também aceitou assumir a relatoria do PL 4016/2020, sobre as contribuições extraordinárias. O projeto é de autoria de Christino Áureo, mas ainda não tinha um relator. Uma das medidas definidas na reunião é o encaminhamento do projeto em regime de urgência, que será realizada pelo relator.

Atualmente, as contribuições regulares para EFPC são dedutíveis da base de cálculo na declaração anual do IR até o limite de 12% da renda tributável no ano-base. O mesmo não tem acontecido com as contribuições extraordinárias para os planos. A situação foi instalada há dois anos com a publicação da Solução de Consulta COSIT 354/2017. “É necessário corrigir essa impropriedade para permitir que os participantes consigam deduzir as contribuições extraordinárias também”, explica Luís Ricardo.

O projeto propõe que a dedução das contribuições extraordinárias não fique restrita ao limite de 12% do IR. “Os participantes não podem ser duplamente penalizados. Com a situação atual, os participantes são tributados duas vezes. Encaminhei o projeto de lei para corrigir esse erro”, comenta o Deputado Christino, que tem se reunido com frequência com representantes da Abrapp. Ele explica que a situação atual é um desincentivo à poupança previdenciária de longo prazo. “Não se trata de uma vantagem fiscal. Trata-se da correção de uma injustiça tributária”, completa.

Convênio com INSS – Outro ponto de atuação do Deputado Christino em defesa dos participantes e das EFPC representadas pela Abrapp ocorreu na inclusão da proposta de regularização do convênio do INSS com as EFPC. O Deputado atuou para a inclusão de emenda na Medida Provisória n. 936/2020, que resultou na Lei 14.020/2020, que foi sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro em junho deste ano.

Sancionada com alguns vetos, a Lei manteve uma importante conquista para o sistema de Previdência Complementar Fechada, que é a permissão para o estabelecimento de convênios entre o INSS e as entidades fechadas (EFPC).

O acordo para o pagamento de benefícios do Regime Geral através de entidades fechadas como Previ, Petros, Funcef e outras, atinge centenas de milhares de assistidos do sistema. A norma para a preservação do acordo havia entrado na MP 905/2020 do contrato verde amarelo, do qual Christino Áureo era o relator. A MP acabou sem a aprovação pelo Congresso. Com um trabalho dos dirigentes e da assessoria parlamentar da Abrapp, a regra foi incluída com uma proposta do Deputado e aprovada na MP nº 936/2020.

“Agora temos uma legislação aprovada que permite maior segurança jurídica nos convênios com o INSS. Era um problema que se arrastava há mais de 60 anos. Todos os convênios eram revogados recorrentemente”, diz o Deputado. Ele explica que há duas vantagens principais para os participantes na manutenção do convênio. Um deles é o pagamento do benefício todo dia 20 de cada mês ao invés do dia 5 do mês seguinte. O outro é a possibilidade de encaminhamento para pedidos de benefícios diretamente na entidade fechada, sem ter de acessar o atendimento do INSS.

Participante da Previ – Funcionário aposentado do Banco do Brasil e participante da Previ há 40 anos, Christino Áureo enfatiza a importância do setor no financiamento do desenvolvimento econômico que o país irá precisar no período do pós-pandemia.

“Em virtude do teto dos gastos e da necessidade de ajuste fiscal, o governo não terá condições de realizar os investimentos necessários na economia. A capacidade de investimento público está esmagada e, por isso, surge a necessidade de buscar fontes de financiamento privado. Neste aspecto, as fundações têm um papel muito importante”, disse em entrevista exclusiva ao Blog Abrapp em Foco.

Por isso, ele defende o incentivo ao fomento e desenvolvimento do setor como forma de ampliar a formação de poupança de longo prazo. “Não se trata de uma pauta corporativa, de defesa de um grupo específico. É uma pauta de defesa dos interesses de toda a população. Além do papel da seguridade, as fundações contribuem para o desenvolvimento econômico do país”, comentou.

Leia mais na próxima edição da Revista da Previdência Complementar.

Fonte: Abrapp em Foco, em 21.09.2020